

Alunos das privadas defendem-se e acusam

# Pagar 10 contos de propinas é a questão mais polémica

A questão que mais polémica levanta em redor das novas Universidades privadas (uma vez que a Católica é dotada de uma certa especificidade pela sua ligação à Igreja e pela identidade que consegue impor face às mais recentes) prende-se com o dinheiro. Propinas de dez

por **Fernanda Pratas**

pagar alojamento e refeições, além das propinas que já não são baixas.

«(...) as próprias instituições de ensino têm já criados vários apoios sociais para os seus alunos, desde o fornecimento de refeições à atribuição de bolsa de estudo e insenções e reduções de propinas, o que prova que os seus responsáveis compreenderam que não pode ser o Estado a suportar todos os encar-

gos», alega ainda a entidade governamental.

«Queremos subsídios»

Tais responsáveis revelam, no entanto, pensar que o mesmo «Estado» que não aceitou tão elevado número de estudantes nos seus estabelecimentos deve, pelos menos, subsidiar aqueles que lhes oferecem essa oportunidade de outro modo inexistente.

«É uma enormidade que as escolas oficiais não os admitam e, depois disso, o Estado não queira subsidiar quem lhes dá essa oportunidade», alega o professor Martins de Carvalho, da UI. Também os secretários-gerais da UL e da UAL afirmam ser uma obrigação estatal o subsídio dos respectivos estabelecimentos.

Qualquer um destes, com 3200 alunos cada, tem um estatuto jurídico — cooperativa de ensino — que não permite aos sócios a obtenção de lucros. Ou seja, as suas receitas mensais — que ascendem, no mínimo, a 34 mil e a 31 mil contos, respectivamente — devem ser aplicadas, na totalidade, em benefício da própria instituição e dos seus utentes, para além de cobrirem as despesas do seu funcionamento.

A UI, com 2000 alunos é dotada do estatuto de particular, não tendo aquela obrigação de aplicação das receitas e o seu número de sócios não é limitado. O seu secretário-geral afirma, no entanto, que ali «ninguém manda nem ganha nada». «Há um acordo entre os sócios que consiste em não ter, cada um, mais do que 150 acções, num total de nove mil. Ora, o que é que isso dá, ao fim do mês?», argumenta.

Outro argumento apresentado pelos responsáveis destas Universidades a favor da atribuição de subsídios por parte do «Estado» relaciona-se com os custos, alegadamente mais

baixos, dos cursos por elas ministrados, em relação aos correspondentes no ensino superior público.

«O ensino público custamos, a todos, mais três vezes do que o privado, para fazer o mesmo. Talvez porque os dinheiros públicos não têm face» — diz Martins de Carvalho.

«Comprar o canudo»

João, por exemplo, queixa-se de que na Internacional, «as instalações são más e há professores que faltam muito».

«Fu acho mal ter que pagar uma cadeira que deixei em atraso, no ano passado», diz Anabela, da Autónoma Luis de Camões. Para ela, ter pago todas as propinas durante o 2.º ano devia significar ter pago todas as cadeiras desse ano. Assim, aos 9750 escudos mensais deste 3.º ano de Direito, tem que juntar cerca de dois contos anuais pela cadeira em atraso.

O Pedro, da Lusíada refere: «Custa a dar, o dinheiro das propinas; ainda é um bocadinho». E acrescenta conhecer «pessoas que têm de gastar mais de quarenta contos por mês só para estar cá a estudar».

A grande maioria dos estudantes destas três Universidades — um total de 8400 — são rejeitados pelo sistema de «numerus clausus», ou seja, não conseguiram mérito suficiente para entrar nas Universidades estatais.

Apenas alguns casos pontuais existem a afirmar ter escolhido uma privada por causa de determinado curso. Ou como no caso de Anabela, «os pais preferiam que ficasse em Lisboa, a pagar, a deixar-me ir para Coimbra, onde fiquei colocada».

A quem alega que os estudantes só optam pelo ensino privado por terem «muito dinheiro», e que, por isso, o «Estado não os deve subsidiar», Martins de Carvalho responde: «Pois é; mas uma verdade indelmentável é que os pais desses estudantes, como eu, pagam as escolas estatais, porque pagam impostos, e depois ainda têm que pagar para que os seus filhos tenham direito a uma licenciatura».

Na voz de alguns alunos de uma Universidade pública de Lisboa, em plena conversa de café, interessamos numa menor concorrência no mercado de trabalho, «há quem contorne as provas porque temos que passar, se queremos ter um curso superior, afinal, nos dias que correm, nem sabemos para o que serve».

Assiste-se assim, como em muitos outros momentos da História, ao nascimento, do seio de uma situação de descontentamento, de algo relativamente novo — quanto mais não seja nas suas dimensões. Uma solução perante a qual alguns ficam mais contentes. Outros não.

contos mensais é quanto paga um estudante que frequenta um curso por elas ministrado. Mais concretamente, a Lusíada e a Internacional (UL e UI) cobram, por mês 10500 escudos e a Autónoma Luis de Camões (UAL) 9750.

Na perspectiva do próprio estudante, ou de quem o sustenta, tal quantia mensal significa que, ao fim do quinto ano de Direito, por exemplo, o curso custou entre 490 e 525 contos, supondo que nunca deixou cadeiras em atraso nem fez exames na época de Setembro/Outubro. E, claro, sem incluir aqui as despesas com material de apoio que qualquer curso do ensino superior exige, mesmo sendo de «papel e lápis».

Além disso, o estudante de uma Universidade privada não tem acesso aos serviços sociais estatais. «Só desde o ano lectivo passado começou a ser posta a questão do acesso dos seus (do ensino superior particular) alunos aos serviços sociais. É evidente que terá de ser uma questão analisada e estudada (...) não pode, sem mais, universalizar-se o acesso aos serviços sociais, universitários ou politécnicos», esclarece a Secretaria de Estado do Ensino Superior.

Os estudantes reivindicam — «pensa-se que nós, por frequentarmos uma privada, somos meninos ricos», diz Maria João, da UAL, «mas o facto é que há aqui muita gente de fora de Lisboa, que tem que

Ensino Particular